



VALENTES, DIABÓLICOS, INVENCÍVEIS E ALIADOS: GOITACAZES, TEMIMINÓS, PORTUGUESES E FRANCESES NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO

Leonardo Nascimento Bourguignon
Doutorando em História – UFES

RESUMO: As aproximações entre a História e a Antropologia permitiram nas últimas décadas uma transformação nos estudos sobre a história indígena deslocando as representações daqueles indivíduos enquanto vítimas e coadjuvantes para o papel de agentes ativos no processo de colonização da América Portuguesa. À luz do que há de mais recente nas produções historiográficas propomos analisar como os interesses de goitacazes, temiminós, portugueses e franceses construíram, destruíram e reelaboraram as inimizades ou alianças estabelecidas entre estes sujeitos no litoral da capitania do Espírito Santo no século XVI.

Palavras-chave: História dos povos indígenas; Litoral da Capitania do Espírito Santo; Século XVI.

ABSTRACT: The similarities between history and anthropology in recent decades have enabled a transformation in the study of indigenous history shifting representations of those individuals as victims and supporting the role of active agents in the process of colonization of Portuguese America. In light of the very latest in historiographical productions propose to analyze how the interests of goitacazes, temiminós, Portuguese and French built, destroyed and reworked enmity or alliances between these subjects on the coast of the captancy of Espírito Santo in the sixteenth century.

Keywords: History of indigenous populations; Coast of the captancy of Espírito Santo; Sixteenth century.

Se tu souberas quão cansadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a el-rei, não estranharas dar-lhe agora este pequeno descanso, mas já que me achas pouco cortesão eu me vou para minha aldeia, onde nós não curamos desses pontos, e não tornarei mais à tua corte (SALVADOR, 1982, p. 187).

Admoestado pelo fato de sentar-se sobre as pernas cruzadas, ato considerado uma descortesia diante de um representante do rei, o cacique Araribóia consciente da importância de seu apoio ao projeto colonizador português não se intimidou perante o governador do Rio de Janeiro, Antônio Salema, e retirou-se. O suposto fato, ocorrido em 1575 e relatado pelo Frei Vicente de Salvador (1982), exemplifica o papel desempenhado pelos povos indígenas em suas relações com os europeus na América Portuguesa e que vem sendo resgatado nos trabalhos recentes. Todavia, este modelo interpretativo que revela uma postura ativa do elemento indígena na colonização da América não figurava nos estudos sobre a história indígena publicados até o início da década de 1980. Do inverso, apesar de existirem obras anteriores como *Caminhos e Fronteiras* (1994); onde Sérgio Buarque de Holanda citando aspectos como hábitos alimentares, técnicas de navegação e farmacopéia, concluiu que o processo de aculturação ocorrido na América Portuguesa foi recíproco; a maioria esmagadora dos estudos restringia a representação daqueles povos enquanto vítimas do processo colonizador e, portanto, à beira da extinção, ou sua resistência a este processo (POMPA, 2003; ALMEIDA, 2003; MONTEIRO, 2001).

Este deslocamento nas interpretações começou a consolidar-se na década de 1970 quando uma intensa renovação teórico-metodológica na produção historiográfica abriu espaço para novas abordagens, paradigmas, interpretações, objetos de estudo e fontes, possibilitando a emergência de uma Nova História Cultural, modalidade historiográfica que possuía, entre suas características, o diálogo com outros campos do saber, como a antropologia (BARROS, 2011). Apesar de não ser inédita⁴²⁴, a intensificação desse diálogo provocou um crescente interesse por parte dos historiadores na investigação da história indígena, considerada anteriormente campo exclusivo dos antropólogos, dada a quase inexistência de fontes escritas produzidas por aqueles povos. Esta aproximação possibilitou ainda um deslocamento no foco

424 O antropólogo norte-americano Clark Wissler em seus estudos acerca dos povos nativos de seu país no ano de 1909 reuniu dados antropológicos e documentos históricos denominando esse método de etnohistória.

dos estudos sobre o período colonial que antes haviam privilegiado apenas o elemento europeu possibilitando a constituição do que John Monteiro (1995) denominou de “nova história indígena”.

Para driblar a escassez de fontes escritas autores como Pedro Puntoni (2000) e John Monteiro (2001), acreditavam que a história indígena também poderia ser produzida a partir da análise de documentos oficiais, missivas de religiosos e relatos de viajantes que tratassem, mesmo que de forma indireta, aspectos sobre as sociedades ameríndias, sem com isso menosprezar os relatos orais e os documentos escritos, como as Petições e Representações enviadas pelos indígenas às autoridades coloniais. Valendo-se deste expediente, a maioria dos estudos publicados nas últimas décadas ao relerem os documentos e fontes oficiais com “novos olhares”, apresentou os povos indígenas como agentes ativos na história e na constituição da sociedade brasileira⁴²⁵

No que tange a questão específica dos povos indígenas que habitavam o território do atual estado do Espírito Santo, o cenário assemelha-se ao até aqui retratado. O baixo número de publicações sobre o tema até a década de 1980 foi substituída por estudos que romperam com a concepção até então predominante na historiografia local de aculturação dos nativos substituindo-a pelas ideias de transculturação, hibridização e mestiçagem. É o que percebemos no trecho reproduzido a seguir

apesar das mestiçagens (biológicas e culturais), não há porque deixar de ler e interpretar tais vilas e instituições híbridas também como lugares profundamente indígenas, em um processo contínuo de apropriação, de resignificação e de transformação, pois, construídos, vividos, negociados e transmitidos a partir do encontro intercultural entre afro-luso-brasileiros e índios (MOREIRA, 2011, p. 10).

A citação de Vânia Maria Losada Moreira, autora com a maior quantidade de estudos publicados sobre os povos indígenas do Espírito Santo, trata de índios que viviam nas vilas de Benevente e de Nova Almeida no início do século XIX. Esta

425 É o caso dos estudos *Amazônia: Etnologia e História Indígena* (1993), de Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha e *História dos Índios no Brasil* (1992); *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo, no séc.XVI* (1994), de John Manoel Monteiro; *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa* (2007), tese de Elisa Frühauf Garcia; *Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro* (2003), de Maria Regina Celestino de Almeida e *Religião como Tradução: Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial* (2001), tese de Maria Cristina Pompa; apenas para citar alguns.

primeira, por sinal, era desde o século XVI a maior aldeia de toda a província capixaba, com uma população inferior apenas à da Vila de Vitória (DAEMON, 1879; OLIVEIRA, 2008; WIED-NEUWIED, 1940; SAINT HILAIRE, 1974). Fora também nesta vila que se recolhera em seus últimos anos de vida o jesuíta José de Anchieta, canonizado em 2014. Apesar destes fatos, os povos que habitavam a Aldeia de Reritiba; que receberia o foro de vila em 1759 com a expulsão dos jesuítas quando passara a nomear-se Benevente; bem como seu entorno, as aldeias de Guarapari, Orobó (atual município de Piúma) e a fazenda de Muribeca (atual Presidente Kennedy), também fundada pelos jesuítas, jamais foram objeto de qualquer dissertação ou tese, o mesmo ocorrendo com os grupos que viviam na região onde hoje estão localizados os municípios que formam a Grande Vitória⁴²⁶. Na verdade, as poucas pesquisas acadêmicas sobre os povos indígenas do Espírito Santo priorizaram os botocudos, que viviam no norte do Estado, ou as relações entre as tribos Tupiniquins e Guarani no município de Aracruz e a indústria de celulose implantada no mesmo município no último quartel do século XX⁴²⁷.

Foi objetivando contribuir para o preenchimento desta lacuna e à luz do que há de mais recente nas produções historiográficas sobre o tema, que propomos neste artigo discutirmos a história dos povos indígenas que habitavam o litoral do Espírito Santo no século XVI e suas relações com os europeus que tentavam instalar-se na região.

Que povos eram aqueles?

Que povos eram aqueles que os portugueses acharam na terra de Santa Cruz, quando estes aproveitaram e estenderam a descoberta do Cabral? Onde vieram eles? Quais as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão *ruínas de povos*? (MARTIUS, 2010, p.61)

426 Entre os estudos localizamos *Um tupinambá feiticeiro do Espírito Santo nas garras da Inquisição: 1737-1744*, artigo onde Luiz Mott (2006) aborda o processo do índio Miguel Pestana, morador de Reritiba e acusado de feitiçaria; o artigo de Sônia Misságia Mattos, *A Aldeia de Iiritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo* (2009); e referências aos índios aldeados em Reritiba (Iiritiba), nunca de forma exclusiva, em publicações de Vânia Losada Moreira, entre 2001 e 2012.

427 Localizamos as dissertações *Índios Imperiais: os botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)*, de Francieli Aparecida Marinato (2007); *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814)*, de Tarcísio Glauco da Silva (2006); *O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupinikim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose S/A. (1967-1983)*, de Klítia Loureiro (2006) e *Desterritorialização e r-existência tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz celulose*, de Gilsa Helena Barcellos (2008).

Apesar dos quase duzentos anos que separam o artigo *Como se deve escrever a História do Brasil* de Carl Friedrich Philipp von Martius de nossos tempos, as duas primeiras perguntas no excerto acima ainda não foram plenamente respondidas. Entre as inúmeras incertezas e hipóteses quanto a data da migração e as fontes populacionais que habitaram o continente americano, para autores como Hetzel, Negreiros e Magalhães (2007) e Warren Dean (1996) o litoral do Sudeste foi uma das últimas regiões do planeta a serem alcançadas pela expansão humana. Segundo Dean (1996), com o declínio dos grandes animais de caça no Cerrado brasileiro, os grupos humanos que viviam naquele bioma migraram para as regiões litorâneas encontrando uma variedade de ambientes como florestas, restingas, lagunas e manguezais abundantes em proteínas e nutrientes, passando a sobreviver, sobretudo da pesca e coleta. A ampla disponibilidade alimentar incluía mais de uma centena de espécies de frutos, 32 espécies de peixe, camarões, peixe-boi, caranguejos, além de berbigões, mariscos, ostras e outros moluscos (DEAN, 1996). O descarte destes alimentos, sobretudo as conchas dos moluscos principal item da alimentação daqueles povos, formaram os sambaquis, no termo tupi “amontoado de conchas”, encontrados em praticamente todo o litoral brasileiro. Boa parte desta rica biodiversidade era encontrada no litoral sul capixaba o que atraiu, há aproximadamente 8000 anos, os primeiros grupos humanos (KNEIP; PALLESTRINI; CUNHA, 1981). Para diferentes autores, a região compreendida entre o vale do Orobó, em Piúma, e as cabeceiras do rio Salinas, em Anchieta, estavam entre as mais povoadas da costa (SAINT HILAIRE, 1974; DAEMON, 1879; WIED-NEUWIED, 1940).

Oriunda provavelmente do atual noroeste de Minas Gerais, sociedades de horticultores ceramistas da Tradição Una, após expandirem-se para o sul daquele Estado, norte de São Paulo, e posteriormente Rio de Janeiro, ocuparam o litoral do Espírito Santo deslocando ou assimilando os pescadores-coletores que ali viviam (SCATAMACHIA, 2007). Posteriormente, estes povos assistiram a chegada de outras sociedades indígenas, estas da Tradição Aratu, provavelmente vindas da Bahia (SCATAMACHIA, 2007). No momento da chegada dos primeiros europeus estas etnias já haviam sido suplantadas, provavelmente, pelos goitacazes da família Puri, do tronco Macro-Jê, e que naquele momento ocupavam territórios também nos atuais estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (FREIRE; MALHEIROS,

2010).

O uso do *provavelmente* na afirmativa anterior faz-se por conta da imprecisão na determinação das etnias indígenas que habitavam o território português na América. Sobre esta questão, John Monteiro (2001) assevera que as etnizações que encontramos nos documentos oficiais constituíram tentativas de atender a diferentes e específicas demandas, tanto de colonizadores quanto dos próprios indígenas. Além desta questão houve ainda situações onde os colonizadores europeus denominavam o mesmo povo com dois ou mais nomes, quando não utilizavam diferentes grafias para o mesmo nome (FREIRE; MALHEIROS, 2010).

A esta variabilidade e flexibilidade na determinação de identidades específicas, Debret (1989) e Gabriel Soares de Sousa (1851) acrescentaram o fato de que em alguns casos essas denominações eram obtidas a partir de outros povos, muitas vezes adversários. É o caso do termo *puri* que, conforme Debret (1989) foi criado por seus inimigos *coroados*, e significa “audaz ou bandido”. Ainda conforme aquele autor, em retaliação os *puri* também se referiam aos *coroados* como *puri* (DEBRET, 1989).

Adicionemos ainda a intensa mobilidade das etnias que habitavam a Capitania do Espírito Santo. Apesar de algumas dominarem a agricultura, a maioria populações nativas eram seminômades em constantes disputas por paisagens ricas em recursos alimentícios, como as litorâneas. Eram comuns também as migrações, aparentemente pacíficas, promovidas em períodos sazonais como as realizadas pelos *puri*, que habitavam o interior dos atuais Estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo e o leste de Minas Gerais, e que se deslocavam anualmente para as regiões de estuários aproveitando o ciclo de reprodução da tainha (SCARAMELLA, 2011).

Apesar de todas estas dificuldades os relatos de alguns cronistas e mapas como os desenvolvidos pelo arqueólogo Giovani Scaramella (2011) baseado em diversas fontes primárias e teóricas⁴²⁸, indicam um domínio *goitacá* no início do século XVI em uma faixa no litoral que ia do rio Cricaré (hoje São Mateus) no norte do Espírito

428 Scaramella (2011, p. 87) cita “[...] Abreu (2005), Adalberto da Prússia (2005), Anchieta (2005), Brandão, D’Orbigny (2005), Gândavo (2005), IBGE (1958), Magalhães (2005), Mawe (2005), Rubim (2005), Rugendas (2005), Salvador (2005), Seidler (2005), Steains (2005) e Vasconcellos (2005)”.

Santo até o cabo de São Tomé no norte do Rio de Janeiro⁴²⁹. Opinião corroborada pela hipótese de Hetzel, Negreiros e Magalhães (2007) que, ao apontarem uma expansão dos povos do tronco linguístico tupi, provenientes do sul da Amazônia, por volta do ano 1000, sobre o litoral brasileiro, afirmam que estes não conseguiram desalojar os goitacazes. Resistência semelhante enfrentou os portugueses que tentavam se estabelecer naquele trecho do litoral que, no século XVI, compreendia as capitanias do Espírito Santo e de São Tomé.

Na vila do Espírito Santo (atual Vila Velha), primeiro núcleo colonial em terras capixabas, os constantes ataques desde o desembarque do donatário Vasco Fernandes Coutinho em 1535, obrigaram os colonos portugueses a procurarem um local mais seguro, o que acabou redundando na fundação da Vila Nova do Espírito Santo, depois rebatizada Vitória. Alguns anos antes, no final da década de 1540, quando Coutinho viajara a Portugal em busca de recursos, os goitacazes, conforme Gabriel Soares de Sousa (1851), aliados aos tupiniquins, mataram D. Jorge de Menezes que administrava a capitania em substituição ao capitão donatário e em seguida seu sucessor, D. Simão de Castelo Branco. Para Varnhagen (1857) os atos foram uma retaliação contra a captura e posterior comercialização de indivíduos destas tribos realizada por tribos inimigas e incentivada por aqueles administradores.

Sorte idêntica teve a vila da Rainha fundada à margem direita do rio Itabapoana na Capitania de São Tomé e que pertencera a Pero de Góis da Silveira. Após um período de trégua entre o donatário e os goitacazes, alguns colonos estabelecidos no Espírito Santo seqüestraram um chefe indígena na região entregando-o a seus inimigos, fato que motivou a destruição da vila e a expulsão de todos os colonos (VARNHAGEN, 1857; OLIVEIRA, 2008). As constantes ofensivas dos goitacazes levaram o donatário a desistir de sua ocupação regressando a Portugal no ano de 1570.

Mesmo diante deste conflituoso quadro houve momentos em que estes povos lutaram ao lado dos portugueses, como no caso da expulsão do corsário inglês

429 O fato de escavações recentes terem registrado a presença de sítios arqueológicos goitacás em Búzios, São Pedro da Aldeia e Saquarema, portanto bem ao norte do cabo de São Tomé (JANSEN, 2004, p.34) confirmam, por um lado a inexatidão dos estudos sobre História dos povos indígenas no Brasil, e do outro, a porosidade das fronteiras entre os territórios ocupados pelas diferentes etnias que aqui viviam.

Thomas Cavendish que atacou a Vila de Vitória no final do século XVI ou quando, no final da década de 1550, alguns goitacazes se aldearam em Reritiba posteriormente participando em Cabo Frio de lutas que quase exterminaram os goitacazes daquela região. O que fica evidente no estabelecimento destas alianças ou inimizades é a exemplo do que ocorrera em outras regiões da América Portuguesa, uma constante reelaboração e alteração das mesmas conforme “as circunstâncias e interesses dos grupos envolvidos” (ALMEIDA, 2003, p. 62). Neste sentido, a inserção no aldeamento de Reritiba pareceu àqueles indivíduos um mal menor num contexto em que os violentos ataques de Mem de Sá, que deseja vingar-se da morte de seu filho Fernão de Sá, ocorrida nas imediações do rio Cricaré, vinha acarretando sérios problemas aos povos do litoral capixaba (ALMEIDA, 2003).

Guardadas as devidas proporções, também foi o refúgio oferecido pelos aldeamentos o que motivou a transferência dos temiminós que, fugindo dos conflitos na Baía da Guanabara, foram aldeados no Espírito Santo tornando-se, posteriormente, os mais importantes aliados no processo de colonização da capitania capixaba.

Os valentes temiminós

Também desta capitania, onde estava residindo, saiu com todos os seus índios o valente Martim Affonso Arariboya (VARNHAGEN, 1857, p. 488)

De Araribóia, comandante de duzentos temiminós que o Espírito Santo mandou à luta contra os franceses de Villegagnon, não é necessário dizer mais que isto: ele e os frecheiros que tinha junto de si decidiram da sorte dos intrusos (OLIVEIRA, 2008, p. 111)

Não encontramos dificuldades em enquadrar o cacique Araribóia no conceito de heroísmo do Visconde de Porto Seguro: “[...] aqueles que nos legaram ações meritórias e de abnegação e desinteresse, que, não só por gratidão como até por conveniência, nos cumpre comemorar [...]” (VARNHAGEN, 1857, p. 150). Critério idêntico foi o adotado no início do século XX, nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) quando seus membros, na tentativa de construir uma representação de identidade capixaba, elegeram um panteão de heróis onde o ato praticado importava mais do que o sujeito que o praticou e, com esse pragmatismo, inscreveram ao lado de Domingos Martins, José de Anchieta, Vasco Fernandes Coutinho e Maria Ortiz, o *valente* Araribóia.

Fundamental na luta travada na Baía de Guanabara, Araribóia atendendo a solicitação de Mem de Sá, após a vitória contra os franceses permaneceu no Rio de Janeiro fundando o aldeamento de São Lourenço, que posteriormente deu origem a cidade de Niterói, sendo inclusive ele seu capitão-mor. Recebeu ainda, em virtude de sua importância, o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, condecoração concedida apenas aos mais ilustres súditos do Império e chegou a possuir casas na Rua Direita (atual Primeiro de Março) onde residiam apenas pessoas ilustres, inclusive o governador (ALMEIDA, 2006, p. 14). Foi ainda batizado como Martim Afonso de Souza e seu filho e um de seus sobrinhos “fundaram” Macaé e Peruíbe. Estas benesses, no entanto, não foram exclusividade de Araribóia, do inverso, estavam inseridas em uma estratégia portuguesa que pretendia conquistar o apoio das lideranças indígenas considerados indispensáveis naquele contexto na intermediação entre o mundo colonial e o indígena (ALMEIDA, 2003, 2006).

No caso dos temiminós essa aliança começou na tumultuada década de 1550 quando os portugueses enfrentavam escaramuças com índios em diversas capitanias como Espírito Santo, Rio de Janeiro, Ilhéus, Porto Seguro, Bahia, São Vicente além de seguidas incursões de franceses, ingleses e holandeses, que ameaçavam o projeto colonizador luso. Nesta década a tribo liderada por Maracajaguaçu, ou Gato Grande, que vivia na atual Ilha do Governador na Baía da Guanabara e que enfrentava um conflito contra seus ancestrais inimigos, os tamoios, que naquele momento eram apoiados pelos franceses, diante de uma eminente derrota estabeleceram, por intermédio dos padres Luiz de Grã e Brás Lourenço, um acordo com o donatário Vasco Fernandes Coutinho que os transportou em quatro navios para o Espírito Santo onde fundaram a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição localizada a doze léguas da Vila de Vitória (DAEMON, 1879). Restabelecidos assumiram então um papel preponderante na colonização da capitania do Espírito Santo, seja na luta contra outras nações indígenas, como os goitacazes, e na defesa do território contra as investidas de outros povos europeus, sendo na sua participação na vitória dos portugueses e expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, fato que os tornou célebres na historiografia nacional. A partir de então a denominação temiminó, que raramente aparecera nos relatos dos cronistas, passa a figurar nos documentos do período configurando uma das muitas denominações étnicas criadas para atender aos interesses de portugueses e dos

próprios indígenas (ALMEIDA, 2003).

Na tentativa de aprofundar os laços desta, recíproca e vantajosa, parceria a elite colonial do Espírito Santo concedeu a Maracajaguaçu e sua parentela favores e nomes de prestígio. Assim o cacique adota após o batismo, o nome do próprio donatário, Vasco Fernandes, sua esposa passa a chamar-se Branca Coutinho, nome da mãe do donatário, e um de seus filhos, Manemuaçu batizado no dia de São Sebastião, passou a ser chamado de Sebastião Lemos. Tempos depois no velório deste último, esteve o donatário que aproveitando a ocasião convidou Maracajaguaçu à sua residência para solicitar seu auxílio no apaziguamento de uma revolta indígena que assolava a capitania (SALETTI, 1998, OLIVEIRA, 2008). Outra evidência da relevância adquirida pelos temiminós para a manutenção do projeto lusitano foi a escolha de Sanches de la Pimenta para dirigir a capitania, em virtude de uma viagem de Vasco Fernandes Coutinho. Segundo o Padre Manuel da Nóbrega (apud OLIVEIRA, 2008, p. 70), a escolha aconteceu em virtude de ser Sanches “um dos ‘que mais zelavam contra o gentio’, isto é, dos que eram tidos como seus melhores amigos”. O sucesso da aliança; apesar de que em determinado momento até o próprio Maracajaguaçu abandonou o aldeamento se embrenhando no sertão (FREIRE, 2006); acabou atraindo os Guará, que tinham como cacique o Guarauçú (Lobo ou Cão Grande), irmão de sangue de Maracajaguaçu, que se fixou em Guarapari (OLIVEIRA, 2008) e, conforme (DAEMON, 1879, p. 127), também os tupiniquins que habitavam a região próxima ao rio Mucuri na divisa entre os atuais estados da Bahia e do Espírito Santo.

Os goitacazes, especialmente os que habitavam o sul da capitania do Espírito Santo; retratados na historiografia tradicional como entrave ao desenvolvimento da empreitada lusa; estabeleceram, por sua vez, relações mais estáveis com os franceses do que com os portugueses. Fato atribuído por Almeida (2003) a uma maior tolerância dos conterrâneos de Jean de Lery. No âmbito comercial no lugar de estabelecerem feitorias utilizavam seus próprios navios como entreposto e seguiam as regras estabelecidas por aqueles povos indígenas, fato que trazia maior segurança aos nativos

quando seus vizinhos os procuram e eles concordam em atendê-los, assim procedem: o margaiá, o caraiá ou o tupinambá (assim se chamam as nações vizinhas), sem se fiar no uetacá mostra-lhe de longe o que tem a

mostrar-lhe, foice, faca, pente, espelho ou qualquer outra bugiganga e pergunta-lhe por sinais se quer efetuar a troca. Em concordando, o convidado exhibe por sua vez plumas, pedras verdes que coloca nos lábios, ou outros produtos de seu território.

Combinam então o lugar da troca, a 300 ou 400 pés de distância; aí o ofertante deposita o objeto da permuta em cima de uma pedra ou pedaço de pau e afasta-se. O uetacá vai buscar o objeto e deixa no mesmo lugar a coisa que mostrara, arredando-se igualmente, a fim de que o margaiá ou quem quer que seja venha procurá-la (LERY, 1961, p. 63, 64).

Diferentes fontes mencionam trocas comerciais entre os franceses e os indígenas como a que ocorreu em 1557 quando Bois Le Comte, sobrinho de Nicolas Durand de Villegagnon, fundador da colônia francesa no Rio de Janeiro, em passagem pelo Espírito Santo “fez disparar alguns tiros, visando atrair à praia os indígenas a fim de obter víveres em troca de bugigangas” (FREIRE, 2006, p. 73). Mas a maioria destes contatos concentrou-se na região de Itapemirim, no litoral sul da capitania do Espírito Santo, e se estenderam até o século XVIII como observamos na solicitação do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho que, em visita ao Espírito Santo no ano de 1712, requisitou providências contra os franceses que “andavam correndo a costa” capixaba e encontravam-se ancorados na ilha oceânica localiza em Itapemirim, sugestivamente denominada Ilha dos Franceses (DAEMON, 1879). O cronista francês Jean de Lery que esteve no Brasil em 1556 chega inclusive a referir-se aos “selvagens” que habitavam a região de “Tapemiry” como “aliados dos franceses”, bem diferentes dos que habitavam o norte fluminense, que ele chama de *uetacás*, descritos como

“diabólicos [...] invencíveis [...] comedores de carne humana, como cães e lobos, e donos de uma linguagem que seus vizinhos não entendem, devem ser tidos entre os mais cruéis e terríveis que se encontram em toda a Índia Ocidental” (LERY, 1961, p. 63)

A aliança com os goitacazes que habitavam o litoral sul capixaba e as rusgas dos franceses e os que habitavam a Capitania de São Tomé confirmam, por um lado a instabilidade das relações firmadas entre indígenas e não indígenas e por outro o papel ativo dos indígenas na determinação de satisfazerem seus interesses na determinação destas alianças ou inimizades.

Conclusões

Assassinados, aculturados, desrespeitados

As palavras acima acompanhadas de imagens de índios quase nus com arcos e

flechas compunham o mural produzido em uma escola pública. Apesar das boas intenções da professora das séries iniciais do ensino fundamental, o mural em alusão ao Dia do Índio, semelhante aos espalhados em diversas escolas brasileiras, revela a permanência de uma interpretação histórica que relegou as etnias indígenas um papel subalterno. Esta comunicação, no entanto, tentou contribuir para desconstrução desta representação ao retratar a participação ativa de temiminós e goitacazes na história da Capitania do Espírito Santo no século XVI. Foi neste sentido que constatamos que todas as alianças construídas entre aquelas etnias e os europeus que tentavam estabelecer-se ou comerciar na região, visavam atender aos interesses de ambos os povos. Desta forma, os “índios do Gato” diante de uma eminente derrota contra seus inimigos, os tamoios, compreenderam que embarcar nos navios portugueses ofertados por Vasco Fernandes Coutinho seria naquele momento a melhor alternativa para garantir a sobrevivência da tribo.

Outro aspecto relevante era a constante instabilidade daquelas alianças em um cenário marcado por diversas alterações e constituído por diferentes sujeitos e interesses. Assim, mesmo os temiminós, principais aliados do projeto colonizador português no Espírito Santo, em determinadas situações, como diante do aumento das investidas dos colonos sobre suas tribos, resolveram abandonar os, naquela ocasião nem tão seguros, aldeamentos.

Estes e outros fatos, dispersos na historiografia capixaba, revelam a necessidade de se escrever uma história dos povos indígenas que habitavam o litoral capixaba realocando-os como protagonistas de sua própria história. Revelam ainda que aquele que optar por simplificar tão complexas relações cometerá um desserviço a história do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagem étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In. VAINFAS, Ronaldo; SANTOS,

Georgina Silva. NEVES, Guilherme Pereira. (orgs). **Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX**. Niterói: Ed.UFF, pp. 13-28, 2006.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011, p. 38-63.

DAEMON, Bazilio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história chronologica, synopsis e estatística**. Vitória: Typographia do Espírito-Santense, 1879. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 06 jan. 2013.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo, S.P: Editora Itatiaia Limitada/Editora da Universidade de São Paulo, 1989

FREIRE, José Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia Fernanda. **Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

FREIRE, Mário Aristides. **A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores**. Vitória: Flor & Cultura, 2006.

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Sílvia; MAGALHÃES, Bernardo. **Pré-história do Brasil**. Rio de Janeiro: Manati, 2007.

KNEIP, L. M., PALLESTRINI, L., CUNHA, M.C. (1981). **The Radiocarbon Dating of the Sambaqui Camboinhas**, Itaipu, Rio de Janeiro - Brazil. In: Anais da Acad. Bras. Ciências, Rio de Janeiro. LIII:339-343

LERY, Jean de. **Viagem a Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1961.

MARTIUS, Karl Friederich P. Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de Fontes da Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. O Desafio da História Indígena No Brasil. In: Aracy Lopes

da Silva; Luís Donisete B. Grupioni. (Org.). **A temática indígena na escola**. 1ed. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, v. , p. 221-228.

_____. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese apresentada ao concurso de livre docência no Departamento de Antropologia na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, v. x, p. 60746, 2011.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed., Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretária de Estado de Cultura, 2008.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil. 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SALETTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas**: o início da colonização no Espírito Santo. 2. ed. - Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil. 1500-1627**. São Paulo-Belo Horizonte, EDUSP-Itatiaia, 1982.

SCARAMELLA, Giovani. Puri or not puri. **Revista de Ciência & Tecnologia**. Nova Iguaçu, v.11, n.2, p. 77-97, 2011.

SCATAMACHIA, M.C.M. **Projeto de Salvamento Arqueológico Gasoduto Cabiúnas – Vitória**. Relatório Final dos Trabalhos. São Paulo: MAE-USP; 2007.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. **Revista Trimensal Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1851. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>>.

Acesso em: 04 abr. 2014.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. Madrid, Imprensa de J. Del Rio, 1857. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em 28 jun. 2012.

WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817**. Trad. Flávio Sússekind de Mendonça, Flávio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1^a ed. 1940. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br> >. Acesso em: 23 jul. 2013.